

Alessandri Carlos, Ana Fani. **Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

ISBN 978-987-1183-64-7

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/04alessand.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS *

DINÂMICAS URBANAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

A REFLEXÃO SOBRE AS DINÂMICAS URBANAS obriga-nos a considerar o movimento da história enquanto possibilidade da construção real e continuada da cidade; do ponto de vista da análise geográfica, significa analisar a cidade enquanto prática espacial em sua constituição social e histórica.

Esse caminho nos propõe como horizonte a articulação entre teoria –em que se revelam os processos constitutivos da urbanização, isto é, de seu conteúdo num determinado momento da história– e a prática real urbana –como os homens vivem no movimento real de produção da cidade enquanto espaço-tempo da reprodução da sociedade em sua totalidade.

Tanto no plano teórico como no da prática, o que está em questão é a articulação dos elementos capazes de constituírem o fundamento sobre o qual seria possível construir uma teoria urbana reveladora dos conteúdos do processo de reprodução da cidade fundado na e pela prática social. Essa perspectiva nos convoca a pensar o “direito à cidade” como projeto emergindo da prática socioespacial.

Com isso quero dizer que a análise dos processos constitutivos da cidade coloca o pesquisador diante do processo de expansão e

* Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

constituição da sociedade urbana, e a partir dela, diante das contestações. Trata-se das lutas pelo “direito à cidade” num momento em que este direito já não mais existe como decorrência do processo capitalista que expandiu em todos os sentidos o mundo da mercadoria, tornando a própria cidade, mercadoria. Nesta condição, ela é vendida no mercado mundial enquanto eficiência administrativa e cenário perfeito de investimentos.

É nesse contexto que a análise da metrópole de São Paulo aponta um cenário de crise como produto do próprio processo de expansão do capitalismo e sob seu comando que, mundializado, produziu a contradição entre espaços integrados/desintegrados ao capitalismo mundial redefinindo, neste movimento, os conteúdos do desenvolvimento desigual –uma dialética que se desloca do tempo para o espaço.

Nesse momento, a lógica do desenvolvimento desigual ganha expressão no processo de hierarquização dos espaços fundado nas necessidades da reprodução político-econômica articulando “redes” superpostas. Mas a extensão no momento atual dos espaços desintegrados, produzindo uma imensa periferia de miseráveis, coloca em xeque a “pax social” necessária à reprodução continuada do capital exigindo novas estratégias.

É nesse contexto que o termo “governança”, como aponta Annick Osmond, é reeditado pelo Banco Mundial como condição necessária à reprodução ampliada, isto é, como modelo de ação cujo objetivo é permitir o que chama de “ajustamento” das economias em desenvolvimento às necessidades de expansão do neoliberalismo. Nessa direção, a nova gestão urbana produziria o ambiente propício à reprodução da lógica neoliberal sob o comando do Banco Mundial. É assim que uma nova ordem orienta a produção do espaço urbano redefinindo os usos e as funções reorientados pelas políticas urbanas que criam o ambiente necessário ao desenvolvimento da economia neoliberal. Com isso, inaugura-se uma nova relação entre o estado e o econômico e, assim, entre o estado e o espaço, este último tornado instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelo estado, meio e poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios. É assim, também, que a cidadania em seu sentido banalizado e esvaziado (posto que ideologia) “entra na ordem do dia”, tornando o ato de planejar a cidade (como estratégia necessária à reprodução econômica) um “ato de cidadania”. Com esse procedimento, vai-se realizando a integração de todos os cidadãos ao mercado de consumo –através dos atos específicos de compra de bens e objetos– ou ao mercado imobiliário através da “compra da casa própria” pelo sistema habitacional ou da legalização dos terrenos ocupados na periferia da metrópole.

É nesse contexto, por exemplo, que a BOVESPA –Bolsa de Valores de São Paulo– cria um programa de popularização de ações para es-

timular a “cidadania corporativa fundada numa economia global mais sustentável inclusive em termos sociais, com ênfase na governança corporativa”. Por isso entenda-se ampliar o mercado de ações visando à reunião e extensão do número de pequenos investidores, direcionando as poupanças sob o comando do setor financeiro.

É assim, também, que a noção de sustentabilidade como projeto de sociedade entra na ordem do dia como orientador da política estatal produzindo um discurso fortemente ideologizado.

Com isso, quero apontar que o enfoque analítico como fundamento da lógica estatal faz com que a intervenção do estado no espaço urbano apareça como uma “necessidade social”, um preço “a pagar” pelo progresso. Desse modo, as políticas urbanas, em nome do progresso, escondem (nem sempre com sucesso) os interesses imobiliários que no seu desenvolvimento deslocam favelas, expulsam os moradores das áreas que se valorizam com a intervenção do estado, que deixam de “ser compatíveis” com as mudanças (leia-se, expulsão da população com poder aquisitivo inferior àquele que a “nova área” deverá atrair). Essas políticas se justificam em análises que tratam a cidade enquanto quadro físico, mosaico de lugares, reunião de bairros, exigindo a articulação “destes pedaços”, através de sua funcionalização. Esse processo articula espaços funcionalizados a uma vida cotidiana normatizada onde a necessária harmonização do território aparece como objetivo do desenvolvimento sustentável –uma exigência do capital globalizado.

É assim que, na análise, as contradições produzidas e/ou aprofundadas pela acumulação do capital se anulam até quase desaparecerem, momento em que desconcentração industrial vira descentralização; crescimento se confunde com desenvolvimento; segregação torna-se sinônimo de exclusão e a miséria e a violência aparecem como produto de uma suposta perversidade decorrente da globalização. Nesse raciocínio, a cidade tratada como meio ambiente urbano reduz-se a uma expressão natural como negação da própria historicidade. Como consequência, contradição vira desequilíbrio e o desenvolvimento sustentável aparece como a possibilidade única da busca de coesão, coerência e equilíbrio (sob a égide do capitalismo, evidentemente) como horizonte de transformação da realidade. Portanto, há uma inseparabilidade entre a orientação da análise, os processos urbanos definidos pelas políticas públicas e a construção de um projeto sobre a cidade.

Desse modo, é impossível entender o fenômeno urbano ignorando o aprofundamento das desigualdades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo que, ao tomar o mundo, realizou suas virtualidades e nesse percurso produziu novas contradições.

1 BOVESPA, 2003.

Alguns mitos que fundam as análises merecem reflexão aprofundada: o mais importante é o da globalização como paradigma inconteste das análises do mundo moderno que vem direcionando as pesquisas, quase que exclusivamente, às mudanças econômicas a partir da passagem do fordismo para o pós-fordismo como fundamento explicativo único dos processos atuais. Na realidade, estas análises não fazem mais do que produzir tautologias.

Convém tornar compreensível que, no mundo moderno, esse processo produz a homogeneização como tendência da mundialização do capitalismo ao se expandir por todo o planeta, produz ao mesmo tempo a integração de novos setores da economia coordenados pelo financeiro a partir da migração dos capitais dos setores menos lucrativos da economia, ao lado da reintegração de setores através de sua modernização, bem como a desintegração de outros. Com isso, aprofundou as desigualdades socioterritoriais fazendo da integração de todos os lugares um mito que dá conteúdo ao esforço de reorientação das políticas do estado em direção às exigências do “livre mercado”. Portanto, o movimento de mundialização revela-se enquanto integração-reintegração-desintegração de setores da atividade econômica e de lugares no movimento do processo econômico atual apoiado num novo papel do estado. Como afirma Damiani:

é da ordem do político um papel fundamental na sociedade moderna: a gestão do sobreproduto social, que significa a potência da parte da riqueza social produzida. A distribuição destes recursos, sua utilização em uma outra direção, tem conseqüências fundamentais na constituição e repartições territoriais. Jamais se pode falar, quanto à sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico. É comum argumentar que o Estado está atrelado às exigências da base econômica. O que há de novo então? O novo é que este consórcio entre o político e o econômico se estreitou. O Estado cola na economia, expressão de Fernando Ianetti e se caracteriza como Estado de Emergência. Isto é, do sobreproduto social gestado, um percentual bem menor é transferido ao que é de âmbito social, ou ainda, ao invés de recursos sociais constantes, trata-se de investimentos de emergência e mais conjunturais. Boa parte do orçamento alimenta a reprodução do capital no sentido restrito (Damiani, 2004: 42 e 43).

Tal raciocínio pode ser constatado no fato de que, como aponta Miele (2002) entre 1993 e 1994 (gestão do prefeito Paulo Maluf) a região da Operação Urbana Faria Lima (sudoeste do município) recebeu 85% dos investimentos (público-privados) realizados em São Paulo (Damiani, 2004: 42 e 43), de modo a produzir a infra-estrutura necessária à extensão do eixo empresarial-comercial da metrópole de São Paulo –para a

construção dos edifícios corporativos– num momento em que a escassez de terras urbanas colocava-se como uma barreira espacial à reprodução do capital financeiro (Carlos, 2004).

As políticas urbanas privilegiando a abertura de avenidas e a construção de túneis visando à ampliação da circulação viária se assentam na integração submissa à lógica capitalista que impõe o produtivismo, o qual reforça a tendência a reduzir “espaço-tempo” à sua abstração total; neste caso o tempo se reduz a uma expressão quantitativa, enquanto o espaço se torna simples elemento da circulação do capital reduzido ao tempo de percurso, isto é de desvalorização do capital. Nessa perspectiva, anula-se o espaço transformando em tempo, mas mais do que isso, na prática esse processo revela a usurpação do uso da cidade para a realização da vida humana. A imposição dessa nova relação espaço-temporal (construída enquanto abstração) não se fará sem problemas, ou melhor, sem aprofundar as contradições.

A cidade articulada à rede mundial caminha para a homogeneização que pode ser lida na morfologia, na arquitetura onde os lugares cada vez mais articulados ao mundo da produção econômica entrando em choque com suas particularidades históricas (fundadas na acumulação dos tempos na estrutura urbana); por outro lado, revela também a extensão do mundo da mercadoria –e nesta condição todos os espaços se tornam passíveis de serem transformados em valor de troca (essa intercambialidade guarda o fundamento da homogeneização). Mas também e contraditoriamente, como consequência da relação do estado e do impacto de suas alianças com o capital a homogeneização, entra em confronto com a produção de uma hierarquia entre os lugares na rede mundial –uma valorização diferenciada dos lugares em função de sua capacidade de criar condições e os meios necessários à reprodução continuada em nova fase.

A hierarquização também revela-se internamente, isto é, na articulação dos lugares dentro da cidade, o que no espaço urbano significa a orientação de políticas de valorização na constituição/reprodução de espaços produtivos, que entram em confronto com o uso improdutivo do espaço (leia-se, os lugares onde se realiza a vida cotidiana dos cidadãos, não submetida às leis de mercado, nem tampouco permitindo a realização do valor). Esse confronto emerge sob a forma de movimentos sociais na cidade e, nesta condição, questionam o modo como o estado atua no espaço impondo suas prioridades e alianças. Mas também questionando aquilo que funda a segregação –a existência da propriedade privada da terra que em sua extensão produziu a generalização do espaço-mercadoria e com ela a extensão da propriedade privada do solo urbano que está no bojo da explicação da constituição da “cidade dos negócios” como produto do desenvolvimento do capital financeiro que, com a crise do setor produtivo industrial na

metrópole, dirige-se à construção dos edifícios corporativos destinados aos serviços modernos em expansão.

No plano da cidade, a tendência de constituição de um espaço homogêneo se realiza concomitantemente à hierarquização espacial que, por sua vez, está em contradição com o espaço fragmentado pela existência da propriedade privada do solo e reproduzida pelos empreendedores imobiliários. A dinâmica dos processos urbanos revela, assim, o movimento da análise que incorpora a contradição homogeneização-hierarquização-fragmentação (Lefebvre, 1978).

O processo de mundialização que se reafirma no momento atual, longe de apagar o local, coloca-nos diante do fato de que ele, ao se realizar no lugar, coloca também de forma inequívoca a necessidade da articulação mundial-local, não sem as mediações. Esse fato é fundamental num momento em que, não raro, o global e o local –como expressão dos processos de reprodução ampliada– são reduzidos a palavras, chegando mesmo a fundirem-se numa só, sem distinções, no limite último, construindo o vocábulo “glocal” numa tentativa de dar conta da complexidade do processo de extensão do capitalismo hoje. Esse procedimento analítico também encobre o papel das mediações –no caso, a mediação entre o local e o global ilumina o plano da metrópole² (como nível espacial que se estabelece entre o local e o global) como necessária ao entendimento da urbanização atual. É essa necessidade que faz com que os estudos urbanos venham privilegiando este nível como aquele em que as mudanças importantes estão ocorrendo, exigindo um esforço interpretativo.

Há dinâmicas mais complexas a serem consideradas, hoje, para explicar os conteúdos do processo de urbanização revelando a metrópole-fragmentada que pode ser lida:

a) através das estratégias do desenvolvimento do mercado imobiliário, que cria constantemente mecanismos para manter sua reprodução frente à escassez de lugares centrais apropriando-se de um discurso de realização de um “novo modo de vida” frente ao verde e longe do caos urbano, por exemplo. Sob esse pretexto se tornam atrativos os condomínios residenciais fechados com altos muros, verdadeiras fortalezas que separam seus moradores do entorno, dando a falsa impressão de que estão isolados do mundo que os rodeia, num ambiente de exclusividade e segurança, revelando um processo de auto-segregação. É o que se constrói sob a forma dos condomínios que também revela que a globalização produz a contradição entre o homogêneo (enquanto extensão do mundo da mercadoria produzindo uma identidade abstrata entrando em

2 Mas o que cabe explicitar é que a articulação entre esses dois níveis se dá de modo desigual, revelando que a crise da reprodução aponta para a produção de desigualdades específicas.

contradição com identidades locais produzidas por particularidades históricas –que não se reduzem necessariamente a identidades culturais– fundam-se numa prática sócio espacial vivida) e o fragmentado –o mundo da propriedade privada. Mas a periferia também se constitui de imensas áreas ocupadas por autoconstrução e favelas produtos da existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção da moradia, que expulsa e segrega parcela significativa da sociedade urbana sem acesso a este bem onde a existência e qualidade da infra-estrutura e o construído diferenciam a paisagem e a ocupação, estruturando os preços e orientando o mercado. A fragmentação dessa área se explica pelo fato de que a extensão do valor de uso do espaço divide e parcela os espaços, disponibilizando-os para o mercado de moradia. A propriedade privada associada à existência de rendas diferenciadas justapõe morfologia social/morfologia espacial. A periferia estrutura-se como lugar de estratégias de sobrevivência para uma grande parcela da população na metrópole; é também, todavia, o lugar da vida cada vez mais deteriorada pela existência do narcotráfico. Se a cidade é a produção histórica da sociedade sua apropriação privada define o lugar de cada um na classe e no lugar, no espaço e no tempo. Tal processo funda a segregação.

b) da produção da periferia como o lugar da localização do setor produtivo em deslocamento em busca da diminuição dos custos de produção industrial, seja em terrenos mais baratos, malha viária descongestionada, incentivos fiscais; isso porque o processo expande-se no espaço em busca de melhores condições de realização do lucro.

c) da construção de novas formas territoriais ligadas ao processo de transformação produtiva, bem como a necessidade do desenvolvimento do capital sob novas formas, com a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro fundado no desenvolvimento do terciário superior construindo um “novo espaço” apoiado numa arquitetura de formas modernas e alta tecnologia tanto de construção como de seu gerenciamento e manutenção. A seu lado, os hotéis de capital estrangeiro, *shopping-centers*, centro de convenções, bares, restaurantes e casas de *show* produzem o cenário da atualidade em nítida contradição com os espaços residenciais e industriais apontando os lugares de integração ao sistema hegemônico internacional e reforçando o papel da metrópole como nó de uma rede numa hierarquia espacial altamente excludente, com a desconcentração do processo produtivo e o aprofundamento da centralização do capital no centro da metrópole.

Portanto, as transformações constatadas na metrópole de São Paulo revelam de modo indiscutível o crescimento do setor de serviços modernos, mas é, sobretudo, o movimento da reprodução espacial que revela o conteúdo do processo de urbanização que se explica pelo movimento de passagem do capital produtivo para o capital financeiro, criando um movimento de relativa desconcentração industrial com centralização financeira.

A centralização financeira, por sua vez, aponta um outro fenômeno importante: o capital financeiro para se realizar, hoje, o faz através do espaço –isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Desse modo, São Paulo, no plano local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial –um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político. Trata-se, aqui, do modo específico como o Estado atua diretamente no espaço da metrópole construindo a infra-estrutura necessária e as condições para a realização das novas atividades econômicas.

Portanto, a reprodução do espaço urbano da metrópole sinaliza o momento em que o capital financeiro (Carlos, 2004) se realiza também através da reprodução do espaço urbano, na construção dos edifícios corporativos que, sob a forma de “produto imobiliário”, se voltam ao mercado de locação (fundamentalmente no que se refere aos edifícios corporativos de escritórios, rede hoteleira e *flats*). Na sua construção, associa várias frações do capital a partir do atendimento do setor de serviços modernos. Nesse sentido, estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial produtor de mercadorias destinada ao consumo individual (ou produtivo) à preponderância do capital financeiro que produz o espaço como mercadoria enquanto condição de sua realização. Mas o espaço-mercadoria, tornado “produto imobiliário”, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então, pois se trata, agora, de uma mercadoria voltada essencialmente ao “consumo produtivo”, isto é, entendido como lugar da reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente o setor de construção civil) que, pela mediação do setor imobiliário, transforma o investimento produtivo no espaço sobrepondo-se ao investimento improdutivo, regulando a repartição das atividades e usos.

O momento atual sinaliza, portanto, uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole, hoje; a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário. Nesse contexto, o movimento de transformação do dinheiro em capital percorre agora, preferencialmente, outros caminhos. A criação dos fundos de investimento imobiliários atesta, por exemplo,

que o ciclo de realização do capital desloca-se para novos setores da economia reproduzindo os lugares como condição de sua realização. É assim, também, que empresários de vários setores da indústria direcionam seus lucros, para o mercado financeiro que vai ser aplicado na produção dos edifícios corporativos –localizados no eixo empresarial (citado anteriormente). Esse capital-dinheiro vai ser aplicado na compra do terreno –logo, uma parcela transforma-se em capital fundiário; em seguida, outra parte vai ser aplicada na construção civil– esta parte se transforma em capital industrial. Desse modo, realizam as frações de capital nele invertidos através da mediação do setor imobiliário, que vai realizar a locação e a administração dos imóveis. Com isso o dinheiro dos fundos imobiliários, potencialmente capital, se mantém, realizando a propriedade privada do solo urbano (corresponde ao primeiro momento); e o segundo momento realizando o lucro. Esse movimento que realiza o capital financeiro enquanto capital produtivo produzindo o espaço requer um terceiro momento em que a mercadoria-escritório se realiza pela locação –aqui o investimento é remunerado sob a forma de juro pela aplicação realizada. O que importa para o investidor é o retorno do seu investimento.

A criação dos fundos de investimento imobiliários na metrópole reunindo pequenos poupadores e orientando suas poupanças ao setor imobiliário é uma estratégia semelhante à da BOVESPA de ampliar o número de pequenos investidores.

Assim, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto “produto imobiliário”. Por sua vez, esse processo requer uma outra relação Estado/espaço –pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através de políticas que criam a infra-estrutura necessária para a realização deste “novo ciclo econômico”. Nesse sentido, a produção do espaço se realiza num outro patamar: o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro. Desse modo, o capital se realiza em sua totalidade através do movimento contraditório de suas frações: financeiro, fundiário, industrial, comercial.

Assim, São Paulo é o centro da rede de lugares que se estrutura no nível do mundial –a partir do desenvolvimento do capital financeiro, onde a dinâmica espacial da atividade econômica em curso que desconcentra a indústria da metrópole traz em seu lugar as atividades voltadas ao setor terciário, com o pleno desenvolvimento do setor financeiro e dos serviços a ele associados como o desenvolvimento do setor hoteleiro, com seus centros de convenções, a criação de um circuito cultural, novos centros de lazer com suas novas estruturas arquitetônicas, através da produção de um “lugar específico”.

Desse modo, o processo de reprodução do espaço da metrópole, no contexto mais amplo do processo de urbanização, ao marcar a des-

concentração do setor produtivo, sinaliza um novo momento do processo produtivo no qual novos ramos da economia ganham importância. Trata-se, particularmente, do que se chama de “nova economia”, contemplando o setor do turismo e lazer bem como a redefinição de outros setores, como é o caso do comércio e serviços para atender ao crescimento destas atividades. Assim, as transformações na economia –visando à reprodução continuada– se realizam reproduzindo o espaço urbano paulistano com conseqüências significativas para a prática socioespacial impostas pelo processo de valorização/desvalorização dos lugares.

As lógicas locais da miséria e das desigualdades se entrecruzam com a lógica da cidade global que alimentam. A meu ver, decifrar esta lógica apoiada num modelo morfológico que ligue as cidades latino-americanas às cidades globais é revelar os sentidos mais profundos da reprodução social no mundo moderno através de um processo de acumulação que se generaliza no espaço ao mesmo tempo tornado meio, condição e produto deste processo. A construção das novas atividades econômicas, permitindo a migração do capital de um ramo a outro da economia, bem como a criação de novos ramos de atividade sob a égide da modernização, aprofunda a desigualdade espacial e escancara a pobreza. Neste contexto, o conteúdo da urbanização estaria subordinado ao momento da reprodução em que novas possibilidades/necessidades de realizar a acumulação despontam no horizonte produzindo um “novo espaço” e recolocando a urbanização em outros termos.

Significa dizer que, ao contrário do que muitos afirmam, no modelo de crescimento atual o tempo não tende a abolir o espaço; isso porque, como apontamos, o setor imobiliário revela-se como elemento dinâmico da economia através da mobilização da riqueza fundiária e imobiliária compreendida com a extensão do capitalismo financeiro e a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno, associado ao desenvolvimento maciço da tecnologia em função da imposição dos novos padrões de realização da atividade econômica nas cidades mundiais, fundado no desenvolvimento e crescimento do setor terciário, que faz da construção de escritórios um negócio altamente rentável capaz de mobilizar parcela significativa de capital financeiro. Assim, o imóvel passa a figurar como “bem” voltado à locação de escritórios em São Paulo –o “aquecimento” deste setor ratifica a tendência de mobilidade do capital financeiro para o solo urbano compensando as dificuldades no circuito normal de produção-consumo, apontando uma estratégia de aplicação de capital.

O desenvolvimento desse mercado de imóveis de escritório tem na raridade do espaço (o segmento de escritórios que não pode se localizar em qualquer lugar do espaço metropolitano) um ponto importante que se estrutura através da estratégia dos empreendedores imobiliários. Portanto, o processo de urbanização atual se explica pelo movimento

de passagem do capital produtivo para o capital financeiro³, havendo, assim, desconcentração do processo produtivo industrial com centralização financeira. Desse modo, a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine o conteúdo da urbanização. A “metrópole como negócio” é, destarte, um momento central da reprodução cuja lógica é questionada pelos movimentos sociais urbanos contrários à realização das “renovações/operações urbanas” na metrópole.

Do ponto de vista da reprodução do processo econômico, podemos dizer que o processo de reprodução do espaço da metrópole, no contexto mais amplo do processo de urbanização, ao apontar a desconcentração do setor produtivo, acentua a centralização do capital na metrópole sinalizando um novo momento do processo produtivo (além de criar um outro conteúdo para o setor de serviços). Na metrópole, a reprodução do capital –que em busca de sua reprodução migra de um setor a outro da economia– realiza-se, hoje, através de três setores: 1) a realização do capital financeiro através do setor imobiliário enquanto extensão do capitalismo, reproduzindo, continuamente, o espaço enquanto valor de troca e, neste movimento, realizando a propriedade privada do solo urbano na medida em que o capital financeiro entra no circuito imobiliário através da compra e venda do espaço que aparece enquanto investimento no momento em que o capital industrial, na metrópole perde sua hegemonia; 2) a produção dos espaços de lazer e turismo aponta, de forma significativa, a passagem da produção ao consumo do espaço na medida em que o próprio espaço entra no circuito comercial, como uma mercadoria a ser vendida a partir de seus tributos particulares”; 3) o desenvolvimento do narcotráfico, atividade econômica, cuja peculiaridade de ser uma mercadoria ilegal pressupõe estratégias diferenciadas, isto, é, para que este comércio se realize ele precisa, antes, dominar um espaço produzindo uma forma específica de segregação espacial.

Esses três setores explicitariam, hoje, a fragmentação do espaço, produzindo formas de segregação que revelam, em última instância, as condições da extensão do “mundo da mercadoria”, na fase atual do capitalismo. Nesse sentido, a produção do espaço aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução, processo que encontra seus limites gerando imensos conflitos.

No plano da sociedade revelam-se profundas transformações na vida cotidiana com modificações profundas nas práticas socioespaciais

3 O movimento de transformação do dinheiro em capital percorre agora, preferencialmente, outros caminhos. A criação dos fundos de investimento imobiliários atesta, por exemplo, que o ciclo de realização do capital se desloca para novos setores da economia reproduzindo os lugares como condição de sua realização; a centralização do capital financeiro na metrópole em relação ao resto do território reforça a centralidade da metrópole no território nacional em toda América Latina.

pelas transformações do uso do espaço na explosão dos bairros, decorrentes das intervenções públicas, revelando, através da prática espacial, uma nova relação espaço-tempo que invade todos os momentos da vida cotidiana. A reprodução das relações sociais se realiza e se desenvolve em cada atividade social e até em cada gesto na vida cotidiana através dos atos do habitar e dos usos dos lugares da cidade. Uma prática social de conjunto espacializada –produzindo um espaço onde o uso se revela enquanto modo da reprodução da vida através dos modos apropriação do espaço– revela o plano do cotidiano (é onde se lêem as transformações; é onde se materializam as mudanças). O aumento das possibilidades de comunicação entre espaços e pessoas, produzindo novas relações, entra em conflito com a manutenção de antigas relações gerando a diluição das relações de sociabilidade na metrópole e produz a identidade abstrata que entra em choque com as singularidades do lugar contribuindo para a instauração do cotidiano.

As transformações que dão novo conteúdo ao urbano se inscrevem num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para a segregação (no espaço) a partir da destruição da morfologia da cidade que ameaça/transforma a vida urbana reorientando usos e funções dos lugares da cidade. Mas pensar a segregação enquanto exclusão encobre a potência da propriedade privada como edificadora das principais contradições da produção do espaço urbano, bem como, na contrapartida, coloca como projeto a inclusão dos excluídos geralmente pela mediação do mercado, realizando a sua condição de consumidores –é assim que o projeto de regularização das ocupações urbanas no Brasil se realiza reunindo todos “ao mercado imobiliário” na condição de consumidores. Na realidade, esta situação revela o modo como uma parcela significativa da sociedade se inclui no processo de reprodução da sociedade atual. Nesta condição, se “integra”. E nesta condição, luta colocando em questão os fundamentos desta sociedade.

É impossível, assim, pensar a fragmentação da metrópole como mosaico de parcelas autônomas e independentes umas das outras, bem como as transformações atuais apenas como um fenômeno econômico produto do desenvolvimento técnico independente de suas determinações sociais, sem enfrentar a realidade da existência da propriedade privada do solo urbano e do desenvolvimento do mundo da mercadoria. Assim, a explicação da coexistência de várias cidades dentro da metrópole, como explicação do fenômeno urbano, hoje sinaliza a negação da contradição em busca de uma lógica para cada fragmento entendido como totalidades parciais isoladas. Tampouco tem caráter explicativo a idéia da cidade dispersa –em contraposição à cidade compacta produzida pela industrialização. Aqui a cidade é constituída de fragmentos quase autônomos –senão autônomos– cuja

decorrência imediata é a separação que obscurece os conteúdos da produção da segregação enquanto produto da realização do projeto neoliberal capitalista aplicado de forma selvagem, através do aprofundamento da miséria com o pauperismo, a degradação das condições de vida, a precarização do trabalho; o desemprego em massa com o desenvolvimento do mundo da mercadoria traz como consequência a construção da idéia de cidadania vinculada ao consumo de bens e serviços e que faz da cultura um espetáculo que apóia a construção de um identidade abstrata fundada na crescimento e poder do mundo da mercadorias. O conceito de “cidade dispersa” (Demattais, 1998) para definir as transformações que estamos vivendo apresenta a “periferia” como produto da mera extensão dos limites morfológicos da metrópole que produz, em diferentes épocas, desenhos e densidades diferenciados, ignorando que no processo não há só continuidade, mas também, descontinuidades importantes.

Portanto, faz-se necessário deslocar a análise das transformações morfológicas em busca dos conteúdos da urbanização.

BIBLIOGRAFIA

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo– 2003 Relatório anual.

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo– 2004 Relatório anual.

Carlos, A. F. 2004 “São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro” em *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI* (São Paulo: Contexto).

Carlos, A. F. e Carreras, C. (orgs.) 2004 *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole* (São Paulo: Contexto).

Coletivo, 2002 “El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado. Una mirada a Europa y América Latina” *Actas del Seminario Internacional* (Barcelona).

Damiani, A. L. 2004 “A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado” em Carlos, A. F. e Carreras, C. (orgs.) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole* (São Paulo: Contexto).

Demattais, Giuseppe 1998 “Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas” em Monclús, F. (org.) *La ciudad dispersa. Urbanismo, ciudad, historia (I)* (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona).

AMÉRICA LATINA: CIDADE, CAMPO E TURISMO

Miele, Sávio A. 2002 *Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini a produção do moderno*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia – FFLCH-USP.

Monclus, F. 1998 *La ciudad dispersa. Urbanismo, ciudad, historia (I)* (Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona).

Osmond, Annick 1998 “Governances” em *Les annales de la recherche urbaine*, N° 80-81.